

RUPTURAS OU CONTINUIDADES? ASPECTOS HISTÓRICOS DA CULTURA POLÍTICA DA ESQUERDA BRASILEIRA

Clayton Romano (Faculdades Integradas FAFIBE)

Resumo: Este trabalho analisa alguns componentes elementares da cultura política da esquerda no Brasil. Para tanto, valida o Partido Comunista Brasileiro (PCB) como objeto histórico privilegiado, uma vez que a trajetória do “Partidão” atravessa praticamente todo o século 20. Com base na análise dos aspectos históricos da cultura política dos comunistas brasileiros, busca perceber com maior nitidez a relação dialética existente entre rupturas e continuidades na cultura política da esquerda. Experimentados pelo PCB ao longo de sua trajetória, iniciada em 1992, o *terceiro-internacionalismo*, o *frentismo* e a *questão democrática* informam as matrizes basilares da cultura política dos principais partidos e movimentos de esquerda no país, inclusive, do Partido dos Trabalhadores. Em suma, este ensaio busca superar as convenções cronológicas de “gerações” na esquerda brasileira, valorizando, ao contrário, a interação entre passado e presente na história política da esquerda no país.

Palavras-chave: cultura política, esquerda, PCB, terceiro-internacionalismo, libertação nacional, frentismo, nacional-desenvolvimentismo, questão democrática, PT, radicalismo democrático.

Quando se trata de estudar a história política da esquerda brasileira, a identificação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) como objeto torna-se uma condição essencial de análise. Durante os setenta anos em que esteve presente na arena política do país, o PCB exerceu a hegemonia absoluta sob os movimentos e a política de esquerda por praticamente cinco décadas. A história da esquerda brasileira se confunde, em grande parte, com a própria história do “Partidão”.

Certamente que os comunistas não possuem no presente o mesmo relevo político que dispunham no passado. No entanto, observar o itinerário da esquerda brasileira no século 20, demarcando aspectos de sua cultura política, requer a compreensão do PCB como o principal núcleo gestor da cultura política da esquerda no Brasil. E a utilização deste organismo comunista, como objeto de leitura da história política da esquerda, pode assumir as mais variadas formas, revelando comportamentos conceituais e metodológicos essencialmente distintos.

Marco Aurélio Garcia (1994), por exemplo, identifica o PCB como a matriz da esquerda no país. Com o posicionamento dos períodos, temas e personagens principais, Garcia propõe a classificação da história da esquerda brasileira de acordo com três gerações específicas: a primeira, iniciada com a fundação do PCB e grupos dissidentes, é caracterizada como “nacional-desenvolvimentista” e encerra seu ciclo com o golpe de 1964; a segunda, composta pela “esquerda revolucionária” e pelo “reformismo do PCB”, estaria destinada ao rompimento com o paradigma soviético e definitivamente

marcada pelo impacto da revolução cubana e sua atualização revolucionária da guerra de libertação nacional no continente; a terceira geração seria inaugurada com a abertura política e a transição democrática, se concentrando desde então na política exercida pelo Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980.

De fato, podemos pensar a história da esquerda brasileira em três momentos distintos, como sugere o autor de *Esquerdas: rupturas e continuidades*. No entanto, talvez motivado em enfatizar as rupturas, em detrimento das continuidades processadas na cultura política da esquerda, Garcia reduz a abrangência do Partido Comunista Brasileiro a um único tema, nacional-desenvolvimentismo, e a uma única “geração”, a primeira. Com isso, ainda na primeira metade dos anos 90 do século passado, diante da constatação das esquerdas latino-americanas de que “antes tínhamos idéias, mas não tínhamos votos; hoje temos votos, mas não temos idéias” (1994: 120), Marco Aurélio Garcia privilegia a percepção de elementos rupturais na trajetória da esquerda, principalmente aqueles verificados na “esquerda revolucionária” dos anos 60 e no radicalismo democrático do Partido dos Trabalhadores das décadas de 1980 e 1990.

Este tipo de comportamento imprime um sentido de amortização da influência exercida pelos comunistas brasileiros na história política da esquerda e, mais ainda, promove uma generalização na política do PCB durante a “primeira geração”, impossibilitando a averiguação de aspectos políticos importantes, fundamentais para o exame da cultura política da esquerda no país.

Diferente do que propõe Marco Aurélio Garcia, vamos problematizar a história da esquerda sem prescindir do Partido Comunista Brasileiro como objeto de estudo. E nesse sentido, a longevidade do PCB, antes um incomodo arcaísmo, deve ser convertida num fator positivo de análise, exatamente porque permite visualizar o desenvolvimento de três temas essenciais da política e da cultura da esquerda no Brasil, quais sejam, a influência do marxismo-leninismo herdado da Internacional Comunista (IC), o *frentismo* – outra conseqüência dos ditames da IC e da política de frente popular, mas que encontrou nas particularidades políticas do país maiores possibilidades que aquelas previstas inicialmente; por fim, a presença da questão democrática na cultura política dos comunistas brasileiros.

Portanto, para além da classificação da história da esquerda brasileira em três gerações, delimitadas pelo rigor cronológico, são anunciadas categorias, três subculturas (a *terceiro-internacionalista*, a *frentista* e a *democrática*), concebidas como elementos vivos, constituídas através de múltiplas referências históricas, que ainda hoje compõem o arcabouço político da esquerda no país.

A compreensão sobre o significado da cultura política terceiro-internacionalista implica no reconhecimento do legado político deixado pela IC (1919-43) mesmo após sua dissolução. No entanto, a identificação de aspectos oriundos da forte presença terceiro-internacionalista na política dos comunistas não deve supor, certo rebaixamento das particularidades do PCB, mas salientar as especificidades como representações estabelecidas a partir de diferentes orientações, inclusive, a “externa”.

Dentre tantas questões que cercam a cultura política terceiro-internacionalista, primordialmente duas merecem ser observadas: a perspectiva política de *libertação nacional* e o *frentismo*, este como consecução da política *aliancista* ensaiada pela Internacional Comunista em 1928, com a Frente Única Operária, e implementada no contexto nazi-fascista europeu, dos anos 30, com a Frente Popular e Frente Única contra o Fascismo (Dassú, 1985).

A política de libertação nacional na cultura dos comunistas brasileiros se vinculava à afirmação do paradigma revolucionário bolchevique e, ao mesmo passo, promovia a difusão da “vantagem do atraso” leninista como suporte das interpretações

lançadas pelo PCB sobre as “etapas” da revolução brasileira. Pressupunha a conversão do atraso estrutural em condição objetiva para a instauração do processo revolucionário – como na Rússia de Lênin, cujas contradições surgidas das relações semifeudais, pré-capitalistas, possibilitaram o “salto ao socialismo” bolchevique –, superando a máxima marxiana sobre a necessária “etapa” de desenvolvimento histórico do capitalismo rumo ao comunismo (Konder, 1998). A libertação nacional também reforçava o uniclassismo operário como ponto de unidade da ação política, confiando à luta insurrecional contra a ordem capitalista, “burguesa”, o epicentro da política comunista (Löwy, 1999).

Galvanizada pelo processo de bolchevização e direção operária nas instâncias superiores do partido, durante a década de 1930, e pelo stalinismo dos anos 40 e 50, a perspectiva de libertação nacional empreendida pelos comunistas reproduzia as determinações da IC e inaugurava também na esquerda brasileira o sentido de ruptura com as instituições burguesas. As cisões ocorridas no interior do PCB em 1958-60, por exemplo – que resultaram na criação do PC do B (Partido Comunista do Brasil), e em 1965-66, com a formação da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) para a resistência armada ao regime militar –, podem ser compreendidas como atualizações da política de libertação nacional sob novos paradigmas revolucionários: no caso do PC do B, o exemplo rural chinês e a Albânia, para a ALN, a micro revolução cubana e sua estratégia de “guerra de guerrilha” (Gorender, 1987).

Mesmo considerando o dogmatismo, o sectarismo, a militarização – política como a “arte da guerra” –, a noção de libertação nacional prevalece como fundamento principal da cultura política terceiro-internacionalista. Balizada pelo sentido de ruptura e de instrumentalização da democracia e permeável às determinações da “vantagem do atraso” leninista, a perspectiva de libertação nacional confere matéria, forma e essência à cultura política terceiro-internacionalista engendrada na esquerda brasileira.

Concebido de modo secundário até princípios da década de 1950 o frentismo – ou, de acordo com Eric Hobsbawm, a estratégia política de Frente Popular – inaugurou a possibilidade estratégica de avanço do socialismo “para países onde as clássicas situações de insurreição, do tipo da Revolução de Outubro ou de outro tipo, não estavam previstas, mas não eram necessariamente impossíveis” (Hobsbawm, 1991: 126). Ao criar condições para o estabelecimento de uma política de alianças, o frentismo proporcionou um corte na cultura política da esquerda, então nitidamente terceiro-internacionalista, renovando sua leitura e ação política.

Mesmo marcada pela política de libertação nacional, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), por exemplo, parecia anunciar as bases do frentismo pecebista quando estimulou a aliança antifascista e antiimperialista entre a classe operária e demais setores da sociedade civil. Reduzido à mera centena após o levante insurrecional de 1935, motivado, dentre outras questões, pela ilegalidade imposta a ANL, foi com o término do Estado Novo o PCB passou a empreender um outro sentido ao frentismo herdado da Internacional Comunista. No decorrer dos anos 50 e início da década de 1960, o frentismo se incorporou definitivamente à política dos comunistas brasileiros, exercendo uma função estratégica e decisiva na cultura política da esquerda no Brasil (Santos, 1996).

Talvez por não se constituir como um obstáculo, como um antagonismo explícito aos temas que compõem o arcabouço histórico da cultura política da esquerda brasileira, a cultura política frentista apresenta historicamente as seguintes: libertação nacional, nacional-desenvolvimentista ou democrática.

Quando aliado à cultura política terceiro-internacionalista, de libertação nacional, o elemento frentista geralmente assume a forma de frente única operária,

uniclassista: o Bloco Operário Camponês (BOC), de 1927-28, o teor do *Manifesto de Agosto*, de 1950, e as alianças promovidas entre as facções da “esquerda revolucionária”, durante a resistência armada ao regime militar, confirmam essa premissa; seus resultados atestam sua ineficácia. Nestes casos, mesmo em momentos em que o pluriclassismo foi admitido, seu significado era paulatinamente destituído pela ação política de extração libertadora.

Considerada a primazia estatal na afirmação da vontade coletiva, que sobrepõe a sociedade política à civil, quando vinculada à concepção nacional-desenvolvimentista a cultura política frentista tende a valorizar o pluriclassismo como estratégia. Porém, ao centrar seu avanço na política de alianças sob o eixo do desenvolvimentismo estrutural e do antiimperialismo, abdica de um maior aprofundamento da questão democrática. Com isso, o frentismo nacional-desenvolvimentista subordina o elemento democrático à primazia do nacional. Impede, portanto, o progresso da política de alianças e o aprofundamento da questão democrática na política da esquerda, limitando a extensão dos valores democráticos a uma apreensão meramente instrumental, que concebe a democracia como meio, como apenas mais uma “etapa” do processo revolucionário. Embora represente historicamente uma inovação importante na leitura e no entendimento da esquerda sobre o Brasil, a *Declaração de Março* (1958) do PCB e a *Revolução Brasileira* (1966) de Caio Prado Júnior demonstram claramente esta orientação de cultura política frentista.

Por sua vez, essencialmente pluriclassista e reformador, o frentismo democrático transforma o sentido conferido à cultura política da esquerda ao afirmar a “democracia como valor universal” (Coutinho, 1979), confirmando, com isso, a centralidade da política em detrimento da precedência tradicionalmente atribuída à dura dimensão da economia. Especificamente desse tipo frentismo, resulta a gênese da cultura política democrática da esquerda brasileira verificada no interior do PCB na virada dos anos 60 e 70 do século passado.

Envolvidos pelo processo de renovação de sua política, oficialmente assumida com a *Declaração de Março*, os comunistas brasileiros tiveram suas expectativas nacional-desenvolvimentistas frustradas com o golpe de 1964. Diante do caráter ditatorial assumido pelo regime, o PCB aprofundou sua renovação política ao se definir pela resistência democrática, ao contrário da resistência armada ao regime militar, promovida pela “esquerda revolucionária”, que contou com a adesão de parcela significativa de dissidentes do PCB e atualizou a perspectiva nacional-libertadora da cultura política terceiro-internacionalista.

Mesmo reconhecendo que a participação dos comunistas brasileiros no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a “oposição consentida”, representou logo no início mais um recuo estratégico que uma política de frente democrática propriamente dita, é importante destacar que a política de resistência democrática empreendeu uma conversão até então inédita na cultura política da esquerda brasileira: o centro *nacional* foi substituído pelo princípio *democrático* (Vianna, 1989). Nesse sentido, a longevidade e as particularidades do regime – que, dentre outras questões, permitiu ao MDB se configurar como uma “brecha” e se consagrar eleitoralmente como uma Frente Única Democrática – também contribuíram para a gestação da cultura política democrática no interior do PCB e para a afirmação de valores democráticos na esquerda brasileira.

A partir de 1979, com a revogação do Ato Institucional n.º 5 e a anistia aos exilados políticos, o PCB assistiu a emergência de conflitos intestinos que, em última análise, reproduziam as contradições verificadas entre os principais aspectos da cultura política da esquerda no Brasil: o radicalismo nacional-libertador, centrado na

valorização das tradições terceiro-internacionalistas; o nacional-desenvolvimentismo, congelado desde 1964; e a questão democrática, emergente naquele contexto de abertura de transição. Sob o impacto do encerramento do “socialismo real” soviético, num processo regressivo, o octogenário Partido Comunista Brasileiro passou a figurar desde então como mero coadjuvante na política nacional, sendo destituído de qualquer relevância para o espectro partidário da esquerda brasileira na atualidade.

Ainda que entendido como núcleo gerador, evidente que o Partido Comunista Brasileiro não detém o monopólio sobre a cultura política democrática da esquerda no Brasil. A degeneração do PCB ao longo da transição brasileira, promovida por facções e contradições internas, fez com que a centralidade da democracia na leitura e ação política da esquerda perdesse sua força inicial. Assim, ensaiada pelos comunistas do PCB mais sensíveis a idéia de democracia como “valor universal”, a cultura política democrática adquiriu uma outra configuração na esquerda brasileira.

Com o avanço do processo de transição democrática, o Partido dos Trabalhadores (PT) passou a desempenhar progressivamente uma função de destaque, assumido a hegemonia dos movimentos populares e da representação institucional da esquerda brasileira. Porém, diferentemente dos comunistas mais próximos à questão democrática, o PT conferiu um sentido essencialmente ruptural à sua concepção democrática, aproximando a valorização da democracia ao antigo princípio nacional-libertador de ruptura da ordem vigente.

O radicalismo democrático do PT, no entanto, obedece a diversas matrizes ideológicas e orientações políticas, confirmadas no caráter de partido-frente definido desde a fundação. Sem dúvida, a multiplicidade de correntes de pensamento e a diversidade de setores sociais em sua composição, que romperam com o monolitismo do marxismo-leninismo e da classe operária na esquerda brasileira, conferiram um sentido à cultura política petista que extrapola uma simples atualização da perspectiva nacional-libertadora.

Mas o frentismo fundador do PT – que inicialmente representou a inclusão de outros segmentos sociais à agenda política da esquerda além dos operários e camponeses – permaneceu reservado exclusivamente aos representantes dos interesses da classe trabalhadora; numa palavra, ao próprio PT. Se por um lado, a concepção de partido-frente proporcionava certa vitalidade à cultura política frentista da esquerda, ampliando seu universo político e renovando o pluriclassismo, por outro, o radicalismo democrático atestado na autodefinição do PT, de legítimo representante da classe trabalhadora, restabelecia o princípio uniclassista das frentes operárias comunistas.

Disso resulta o que Margaret E. Keck (1991) chamou de *lógica da diferença*. Ou seja, a presença de um elemento vivo na cultura política petista que condiciona a afirmação de sua identidade, enquanto organismo de esquerda, à anulação da política de alianças pluriclassistas. Nesse sentido, o radicalismo democrático do Partido dos Trabalhadores, sobreposto à cultura política frentista e vinculado à representação dos interesses econômicos e sociais da classe trabalhadora, determinou a dissociação da cultura política democrática na esquerda brasileira, fragmentada em *democracia política* e *democracia social*, entre a concepção de *processo* democrático e *ruptura* democrática.

A concepção de democracia social veiculada pela cultura política petista confirma o radicalismo através da opção pela democracia direta, de extração rousseauiana, e valoriza o entendimento de atualização de elementos nacional-libertadores, herdados do processo de revisão e autocrítica da “esquerda revolucionária”.

Um exemplo claro deste tipo de compreensão ruptural e econômico-social sobre a democracia pode ser rapidamente aferida na leitura do intelectual e então militante do

PT, Francisco Wefort, ainda na década de 1980: “representação e participação direta são duas aquisições irrenunciáveis da democracia e das revoluções no mundo moderno”. Mas, continua Wefort, “a democracia supõe também alterações drásticas na política econômica, relacionando o funcionamento da economia para atender as demandas populares. Como pode funcionar a democracia em um país em que cerca de trinta milhões de pessoas vegetam em uma condição de miséria absoluta?” (1984: 129-130).

Em sua breve tradição na história política da esquerda brasileira, o PT empreendeu a cultura política democrática da esquerda brasileira um sentido realmente distinto daquele pretendido pelos comunistas do PCB. Principalmente durante a sua primeira década de existência, o PT se definiu pelo radicalismo democrático, essencialmente ruptural, e pelo frentismo uniclassista.

Hoje, é bem verdade, alguns petistas parecem realmente lutar contra isso. E, portanto, compreender a cultura política do petismo, do ABC ao Planalto, exigiria mais que o disponível no momento. Por enquanto, cumpre notar que os fatores aqui expostos conformam os principais aspectos da cultura política democrática da esquerda brasileira na atualidade, que, ainda, permanece à deriva.

Referências Bibliográficas

- COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, São Paulo, v. 01, nº 09, 1979, p. 33-47.
- DASSÚ, M. Frente Única e Frente Popular: O VII Congresso da Internacional Comunista. In: HOBASAWN, E. J. (coord.). *História do marxismo VI. O marxismo à época da Terceira Internacional; A Internacional Comunista de 1919; As Frentes Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 293-336.
- GARCIA, M. A. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 119-136.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1987.
- HOBASAWN, E. J. *Estratégias para uma esquerda racional. Escritos políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- KECK, M. E. *A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- KONDER, L. *Marx. Vida e obra*. São Paulo: Cromosete, 1998.
- LÖWY, M. (org.) *O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- SANTOS, R. *Modernização e política*. Rio de Janeiro: Forense: UFRJ, 1996.
- VIANNA, L. W. Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB. In: *A transição: da constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Revan, 1989, p. 121-174.
- WEFFORT, F. *Por quê democracia?* 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.